

# Os docentes e a educação patrimonial na escola: elementos para a formulação de uma política pública

*Lucivani Gazzóla\**  
*Joviles Vitório Trevisol\*\**

## Resumo

A cultura é uma das dimensões mais importantes da condição humana. Em todos os lugares e tempos percebemos sua presença criadora. Conhecer e valorizar a cultura, quer seja ela do passado ou do presente, do local, regional, nacional ou global, é uma das tarefas mais importantes do sistema educativo. O presente artigo apresenta os principais resultados de uma dissertação de mestrado desenvolvida entre 2005 e 2007, cuja finalidade principal foi conhecer a visão dos professores das redes pública e privada do município de Joaçaba (SC) acerca do patrimônio cultural local. Para o desenvolvimento da pesquisa de campo foi definida uma amostra de 100 professores. O levantamento dos dados foi realizado por meio de dois instrumentos de pesquisa: (a) um questionário, respondido por 66 professores e, (b) uma entrevista, realizada com 06 docentes. Entre os principais resultados, constatou-se que, grande parte dos professores, não utiliza o patrimônio cultural municipal como recurso didático em suas atividades pedagógicas. Evidenciou-se como causa, fatores como a falta de conhecimento a respeito do assunto e a desconsideração desta prática como atividade comum, pois a maioria destes docentes não foi trabalhada neste sentido quando de sua

formação como educador. Contudo, os professores também demonstraram que têm interesse de promover o uso do patrimônio cultural como ferramenta de ensino, mas este deveria ser um processo que acontece em várias esferas, ao qual eles estariam aderindo.

**Palavras-chave:** Patrimônio cultural. Educação patrimonial. Políticas públicas. Prática docente.

## Introdução

A despeito do significativo avanço ocorrido nos últimos anos, o tema da educação patrimonial no Brasil é bastante incipiente. Ainda causa estranheza falar desse assunto nas escolas, nas universidades e nos diferentes espaços sociais, inclusive na mídia. Tal estranhamento está estreitamente ligado ao fato de que a cultura e a preservação cultural não integram a agenda de preocupações da sociedade. Apesar dos avanços ocorridos nas últimas décadas, a cultura não é concebida como um bem público que precisa ser cuidado e gerido, de forma a preservar as memórias e as identidades culturais.

As políticas públicas e os investimentos públicos e privados são fundamentais para a preservação cultural, mas eles ficam limitados em seus efeitos se não vierem acompanhados de um processo educativo, por meio do qual as pessoas aprendem e ensinam novas formas de se relacionarem com as dimensões culturais de que fazem parte. Como afirmam Horta, Grünberg, Monteiro (1999, p.6), a Educação Patrimonial é:

[...] um processo **permanente** e **sistemático** de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como **fonte primária** de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da **experiência** e do **contato direto** com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e os adultos a um processo ativo de **conhecimento, apropriação** e **valorização** de sua herança cultural, capacitando-os para um

melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num **processo** contínuo de **criação cultural**. (grifo da autora).

A despeito das limitações que cercam a educação formal no Brasil, as escolas continuam sendo espaços privilegiados para a formação cultural das crianças e dos jovens, sobretudo para o desenvolvimento da consciência e de práticas de preservação cultural. Os educadores, em particular, podem atuar como importantes agentes de educação patrimonial nas diferentes unidades escolares e disciplinas onde atuam. O processo educativo é dependente de inúmeros fatores, mas a ação do educador é, sem dúvida, um dos mais importantes. Ao planejar as aulas podem ser incluídos assuntos culturais e históricos que envolvam o ambiente em que a escola está inserida. Os hábitos culturais e o conhecimento, por parte dos professores, são fundamentais, pois deles vai depender, em grande parte, o conhecimento e a sensibilidade dos educandos em relação aos temas relacionados à cultura. Horta, Grünberg e Monteiro (1999), também partilham desta opinião quando afirmam que participar e conhecer a realidade local é indispensável no momento de definir os objetivos e resultados esperados da educação patrimonial.

Levando em consideração este conceito, esta pesquisa priorizou um estudo sobre as concepções e as práticas dos professores sobre o patrimônio cultural local, especialmente ao que se refere à música, literatura e carnaval. Acredita-se que os resultados dessa investigação poderão ser importantes aos professores, às escolas e aos gestores da educação, que formulam as políticas públicas educacionais. Interessamos, sobremaneira, contribuir com o enraizamento da educação patrimonial nas escolas e nos diferentes espaços educativos.

De modo mais específico, foram perseguidos os seguintes objetivos: (a) Investigar a percepção dos docentes que atuam no ensino fundamental e médio sobre o patrimônio cultural; (b) Conhecer os principais hábitos culturais dos docentes; (c) Averiguar o envolvimento das participantes da pesquisa em relação às ações referentes à Educação Patrimonial; (d) Identificar as principais carências

que os professores apontam para a Educação Patrimonial, de modo a torná-la presente e efetiva na escola.

A pesquisa foi desenvolvida entre fevereiro e abril de 2006, no município de Joaçaba, situado na região meio-oeste de Santa Catarina, com professores efetivos das redes pública e privada, que atuam nas disciplinas de História, Língua Portuguesa e Artes. Escolheu-se o município de Joaçaba tendo em vista sua localização geográfica e sua presença/pujança cultural, especialmente nos campos da música, literatura e carnaval. Os dados foram coletados por meio de dois instrumentos de pesquisa: um quantitativo e o outro qualitativo. O primeiro deles, um questionário contendo questões fechadas e abertas, foi remetido a cem professores. Desse total, apenas sessenta e seis professores efetivamente responderam ao questionário. Os dados quantitativos foram organizados em tabelas e gráficos. O segundo instrumento de pesquisa utilizado foi a entrevista. Do total dos professores pesquisados, definiu-se uma amostra. Foram realizadas seis entrevistas. Os depoimentos dos professores foram analisados por meio da técnica de análise de discursos. A formação do grupo de entrevistados contemplou escolas públicas estaduais, públicas municipais e privadas de Joaçaba. Na escolha das unidades escolares foi levada em conta a localização geográfica, assim, foram contempladas escolas situadas em bairros e centro do município. Os dados foram organizados e analisados a partir de algumas categorias de análise, que serão sinteticamente apresentadas ao longo desse artigo.

### **Perfil dos professores pesquisados**

Os professores pesquisados são, na sua grande maioria, do sexo feminino (83,7%). A docência é uma das profissões que apresenta o maior percentual de trabalhadoras mulheres. A feminização do magistério é um fenômeno antigo no Brasil, de modo que uma pesquisa realizada em todo o Brasil pela Unesco (2004, p.46) constatou que 81,3% dos docentes brasileiros são do sexo feminino.

Quanto à faixa etária, os professores pesquisados são relativamente jovens: 78% dizem ter idade entre 30 e 50 anos, e apenas 3% têm idade superior a 50 anos. O perfil dos professores de nossa pesquisa também se assemelha ao verificado em âmbito nacional. De acordo com os dados da Unesco (2004, p.48), a idade média dos professores brasileiros é de 37,8 anos.

Com relação à formação acadêmica, 52% dos professores pesquisados possuem apenas graduação, 45% complementaram sua formação com especialização (*Lato Sensu*) e somente 3% são mestres. Se considerarmos a faixa etária, era de se esperar um maior nível de formação continuada. A graduação tem que ser vista como uma formação inicial que precisa ser complementada e atualizada constantemente com estudos, pesquisas e literaturas atualizadas. Libâneo (2007, p.3) destaca que “as mudanças nas formas de aprender afetam as formas de ensinar [...]”, ou seja, as teorias evoluem em todos os segmentos da sociedade, principalmente na educação, e o profissional precisa ganhar novo fôlego para adequar sua prática, não somente como imposição profissional, mas como objetivo pessoal.

### **Hábitos culturais dos docentes**

Os dados da primeira etapa da pesquisa constataram que, embora a região de Joaçaba seja carente na área museológica, há interesse por parte dos educadores nesta proposta de visita. Este dado demonstra conscientização da importância do patrimônio histórico e cultural dos docentes. O aparente interesse por museus e casas de cultura nos permite questionar o fato de que embora Joaçaba tenha uma tradição na área cultural, não possui no Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina, nenhum registro, ou seja, mesmo tendo demanda, não despertou a atenção por parte do poder público ou entidades afins.

Outro assunto abordado foi a frequência com que os educadores vão ao teatro. O questionamento se faz em razão de que após a implantação do Teatro Alfredo Sigwalt em Joaçaba, em 2003, a

diretoria mantém uma intensa e variada agenda, oportunizando valores que se acomodam a todas as classes sociais. Dos que responderam, 88% alegam ir algumas vezes ao ano, enquanto a minoria (6%) confessa nunca ter frequentado. No caso da preferência, 47% optam pela comédia e 37% manifestam interesse por outros gêneros.

Aos professores também perguntamos se costumam locar filmes e a frequência com que o fazem. Dos respondentes, 43% costumam locar semanalmente filmes, enquanto que 33% o fazem uma vez ao mês, e 24% algumas vezes ao ano. Verifica-se que, em relação ao gênero dos filmes, os preferidos pelos docentes são o romance e o documentário, com 23% cada, seguido do suspense, com 18% da preferência. A comédia foi indicada por 17% como preferência, 9% assinalaram os filmes policiais e 8%, optam pelos filmes musicais. O filme de terror tem apenas 2% de adeptos.

Sobre a realização de viagem de turismo em seu tempo livre, percebe-se que há uma demanda neste setor. 85% dos professores afirmam viajar algumas vezes ao ano e há uma preferência pelo aspecto cultural, 28% dão preferência ao fator cultural, os lugares históricos são 27% do destino escolhido.

Sobre o turismo cultural, Barretto (2000, p.3) justifica esta preferência pela multiplicidade étnica da região:

No sul do país devido à falta de águas quentes e verões prolongados, verifica-se um certo planejamento com ênfase na promoção do turismo cultural ou mais especificamente, o turismo étnico. Surge com força total nos últimos 20 anos a 'italianidade', a 'germanidade', atrativos alicerçados na revitalização de tradições trazidas por determinados grupos descendentes de imigrantes.

A configuração da ocupação territorial, segundo ele, exerce influência na escolha de destinos turísticos, o que, de certa forma, justificaria a escolha do grupo pesquisado por esta modalidade turística.

Com relação aos programas televisivos, 22% dos entrevistados dizem ter preferência por assistir filmes da programação. As telenovelas são preferência de 16% do grupo e 12% apostam no

humor para passar o tempo. Há um empate entre os programas de entrevistas e programas educativos (21%). A julgar pela TV aberta, concluímos que, no caso dos programas educativos não há muita opção, além disso, o horário disponibilizado para este tipo de programa dificulta aos telespectadores.

Sobre o interesse pela literatura, identificamos que 69% dos professores pesquisados têm o hábito da leitura. O gênero das literaturas apontam que 24% são referentes à educação, 23% tem preferência pela leitura de jornais de circulação regional e estadual. Os dados nacionais (UNESCO, 2004, p.99) registram um número muito superior com relação aos docentes que optam por revistas especializadas em educação, 47,9%, praticamente o dobro dos interessados.

Perguntamos, também, se os educadores que lecionam na rede de ensino de Joaçaba costumam frequentar bibliotecas. Dos respondentes, 30% afirmam frequentar sempre a biblioteca e 46% dizem frequentar esporadicamente esse espaço. A biblioteca deve ser um espaço privilegiado, com uma atmosfera que estimule a leitura. No entanto, o que se percebe é que este ambiente, principalmente nas escolas, é caracterizado como um lugar para onde são encaminhados os alunos indisciplinados ou que não executam suas atividades escolares, tornando-se um espaço de castigo, como se o espaço não fosse de produção do saber. Além disso, os responsáveis pelas bibliotecas escolares, nem sempre são qualificados para tanto.

Com relação ao acesso à Internet, 63% dos professores admitem a utilização da rede pelo menos uma vez ao dia, destes, 68% dizem acessar principalmente conteúdos técnicos. Os dados nacionais (UNESCO, 2004, p.100) revelam que 9,1% utilizam o correio eletrônico diariamente, enquanto 7,3% admitem navegar na rede todos os dias. Uma média bem abaixo da registrada no município. Este dado sugere que embora haja uma propagação sobre a utilização das novas tecnologias e valorização deste meio como ferramenta educacional, o acesso aos educadores ainda é muito limitado.

## **Conhecimento sobre patrimônio cultural e educação patrimonial**

O trabalho educacional sobre a preservação é de suma importância e compete a toda a comunidade escolar, mas, principalmente, ao professor. Para que se visualizem ações neste sentido, é necessário que se conheça a visão deste profissional sobre o patrimônio cultural. De outra forma, torna-se impraticável qualquer investimento no setor.

Como o tema sobre preservação emerge em nível nacional, procuramos conhecer outras pesquisas sobre o assunto para que pudéssemos comparar alguns dados relativos ao conhecimento sobre o patrimônio cultural e educação patrimonial. Optamos pelo trabalho da Fundação João Pinheiro<sup>1</sup> do Estado de Minas Gerais, que realizou a pesquisa: Educação Patrimonial: subsídios para elaboração de proposta de ação educativa. Os dados foram obtidos em 2001 com base nas respostas de 207 professores e um grupo de 30 especialistas, pertencentes à rede pública estadual de Belo Horizonte.

Com o objetivo de conhecermos o entendimento dos professores sobre o patrimônio cultural elaboramos duas questões: uma objetiva e outra discursiva. Para a questão objetiva, embora oferecesse opções, identificamos um alto índice de abstenção (28%), somente 36% responderam da forma esperada. Isso sugere, neste primeiro momento, que há uma falta de familiaridade com o assunto, e isso se deve, em parte, a lacunas em sua formação acadêmica que nem sempre oferece condições satisfatórias para uma formação cultural. É corrente que a formação, geralmente, não se realiza em ambientes planejados para serem culturalmente ricos, incluindo leituras, exposições e outras formas de manifestação cultural e é preciso que os professores de todos os segmentos da escolaridade básica tenham uma sólida e ampla formação cultural.

A análise das respostas sobre o conhecimento a respeito do patrimônio cultural indica que 36% caracterizam o patrimônio cultural como um conjunto de bens que constituem a herança das gerações

anteriores. A ideia de patrimônio cultural como manifestação artística é incorporada por apenas 19% dos docentes. Já a identificação do patrimônio como um bem material (arquitetura e objetos), soma 17% dos respondentes, índice bem abaixo do grupo mineiro, no qual 44,4% caracterizaram o patrimônio cultural como bem material.

O item religiosidade, curiosamente, não é concebido pelos entrevistados como patrimônio cultural, embora a região de Joaçaba seja extremamente religiosa e devota a Frei Bruno. Neste sentido, os idealizadores do turismo religioso no município podem encontrar dificuldades tanto na solidificação quanto na manutenção dos aparelhos turísticos, uma vez que os possíveis colaboradores na preservação, a comunidade, não visualizam algo neste sentido. Um dado que nos chamou a atenção foi novamente o alto índice de abstenção, 28% dos professores não responderam.

Já a questão discursiva escrita permitiu que os professores expressassem de fato seu entendimento sobre a questão e foi possível perceber que boa parte dos docentes tem conhecimento sobre o que configura o patrimônio cultural. No entanto, também encontramos respostas que conduzem o conceito de patrimônio aos monumentos físicos.

O termo patrimônio é constantemente confundido com propriedade. Esta assimilação tem a ver com o contexto capitalista em que vivemos, em que o que não é visível não pode ser comercializado, portanto, passa a não ter importância, porque não tem valor para troca. O patrimônio cultural, ao contrário, não se apresenta de forma cristalizada, mas traduz todas as informações culturais de um grupo expressas através de seu modo de vida e de seus valores éticos e morais.

Quando questionamos os professores sobre o que entendem por educação patrimonial, a abstenção foi surpreendente, 35% dos professores não responderam. No entanto, das respostas obtidas foi possível identificar que há consciência quanto o que configura a temática, pois 38% concordam que a educação patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural,

seus produtos e manifestações visando ao reconhecimento e valorização. Embora esta alternativa não contemple toda a dinâmica da educação patrimonial, ela faz uma referência abrangente do objetivo. Outros 21% dizem se tratar especificamente, da preservação de monumentos e lugares de memória, enquanto 6% associam o termo a visitas em museus e afins. Novamente, neste ponto, registramos algumas distorções em relação às opiniões dos docentes e à realidade confrontada.

### **Percepção a respeito do patrimônio cultural local e incorporação deste conhecimento à prática educativa**

Sobre as manifestações artísticas municipais, elencamos as que mais se destacaram no cenário local e orientamos para que sinalizassem as quais tinham conhecimento, as que conheciam e utilizavam na sua prática, por questões óbvias, as escolas de samba são as mais conhecidas e utilizadas em sala de aula.

Com relação à literatura, mais especificamente, as obras de Miguel Russowsky, indicamos todas as obras do autor (são nove obras poéticas) e sugerimos que assinalassem com afirmações: Conheço, Não conheço, Conheço e já utilizei. Embora sejam reconhecidas e premiadas nacionalmente, o número dos que conhecem, assim como sua utilização em sala de aula é muito abaixo do esperado. Apenas a obra *O Segredo do Pântano* foi reconhecida, talvez pelo fato de ter sido transformada em peça teatral e apresentada no Teatro Alfredo Sigwalt.

Da mesma forma, selecionamos alguns personagens que se dedicaram às manifestações culturais no município e sugerimos que fossem assinalados conforme seu grau de conhecimento (no instrumento de pesquisa, colocamos somente os nomes, omitimos a área de atuação).

Novamente, o carnaval se sobressaiu em relação aos outros. O carnavalesco Jorge Zamoner foi reconhecido pela maioria dos entrevistados. Um detalhe que nos chamou a atenção foi o fato dos

entrevistados desconhecerem o maestro Alfredo Sigwalt (somente nove respondentes assinalaram positivamente), sendo que o teatro, além de levar seu nome na fachada ostenta uma estátua em sua homenagem.

Esses índices reforçam a ideia de carência na formação dos educadores com relação às questões locais e da necessidade de investir na capacitação destes profissionais. Esta constatação em nível regional também foi constatada na pesquisa da Fundação João Piniheiro, na qual 93,7% dizem não estar suficientemente informados sobre o patrimônio cultural, mas que gostariam de receber treinamento.

Embora possa soar redundante, salientamos que o conhecimento dos docentes não difere da maioria dos cidadãos comuns neste ponto. Todavia, não pesquisamos numericamente a opinião pública leiga, mas conhecemos esta realidade por convivência e inserção social no meio.

Embora os PCNs contemplem as questões culturais e a valorização sobre os aspectos locais, na prática, nem sempre encontramos inseridos na estrutura do sistema de ensino, a preocupação com a preservação do patrimônio cultural local e, ao contrário do que se pensa, o indivíduo que valoriza e preserva é o que tem acesso à educação, e não necessariamente o que pertence a uma elite econômica.

A escola é um espaço frequentado pela família, pela comunidade em geral; logo, torna-se um ambiente formador de ideias, opiniões e disseminador destes valores produzidos. Neste sentido, procuramos entender de que forma a escola, e seu principal expoente, o professor, contribui para a produção deste conhecimento.

Era nosso interesse saber, também, se os professores tinham apoio da escola quanto às iniciativas culturais. Há um consenso entre os entrevistados, que a escola apoia tais iniciativas. No entanto, elas acontecem de forma esporádica, no formato de apresentações artísticas e normalmente não envolvem a comunidade. Estas atividades artísticas desenvolvidas por ocasião de determinadas datas

comemorativas, não podem ser entendidas como educação patrimonial, pois não configuram-se no processo educativo previsto na educação patrimonial, que deve ser permanente, sistemático, abordado em todos os momentos oportunos, despertando nos educandos ações próprias.

Não é preciso organizar um grande evento para convidar pessoas da comunidade, não é preciso parar toda a escola, pode-se fazer por etapas, selecionando as turmas de acordo com o conteúdo. O importante é promover tais encontros, afinal, as tradições cultivadas no entorno da escola também são fundamentais e são muito significativas quando inseridas no meio escolar, tanto do ponto de vista da valorização quanto da preservação.

Tomando como base os resultados obtidos em resposta sobre quem são os parceiros na promoção de eventos culturais, os dados indicam que a Associação de Pais e Professores somam 28%, o que não surpreende pela característica voluntária que normalmente os integrantes possuem. Se somarmos aí a comunidade que é apontada também como importante incentivadora dos eventos (20%), temos 48% das pessoas, é possível fazer um bom trabalho. Talvez falte um planejamento coletivo por parte da escola, no entanto pode ser superado com a colaboração de poder público municipal e das entidades que participam com menos intensidade (15%). A falta de políticas públicas neste setor pode ser alvo de cobranças, inclusive da escola e da comunidade.

Com relação à prática educativa de Educação Patrimonial questionamos de que forma o professor aborda o assunto de preservação cultural. Dos respondentes, 29% dizem utilizar fotografias ou revistas sobre o assunto, 32% exploram textos sobre a cultura local, enquanto 14% convidam personalidades locais, envolvidas com a arte municipal, para conversas informais com os alunos, 11% assinalaram outras opções e 14% não informaram o método utilizado para abordar o tema de preservação cultural. Talvez pelo fato de não abordar este assunto em sala de aula.

Durante a entrevista, perguntamos de que forma o professor introduz na sua prática pedagógica a questão cultural local. Em alguns casos, foi possível perceber interesse por parte dos docentes em trabalhar as influências culturais locais. A capacidade de introduzir e utilizar a cultura local em diferentes situações é uma condição necessária para que possamos conscientizar os jovens para a vontade de preservar a identidade coletiva e fazer valer seus direitos de cidadão. No entanto, ficou visível, também, que o assunto ainda não é abordado de forma satisfatória. A justificativa nos chama a atenção: “[...] Quando surge uma oportunidade, não é sempre que dá, a gente tem sempre a aula pronta [...] então fica difícil [...] sair daquilo né [...]” (Informante 4).

O planejamento da aula não pode tornar-se uma barreira, pelo contrário, deve-se prever, além das contribuições dos alunos, que certamente surgem, tempo para discutir outros assuntos relacionados com o tema da aula. Esses são os chamados temas transversais.

O espaço de sala de aula é um espaço de produção de conhecimento. Nele, o professor deve valorizar o aluno para que ele reconheça no professor um mediador do conhecimento. Esta valorização inclui, principalmente, os saberes produzidos ou incorporados pelos alunos. Neste sentido, questionamos os professores sobre como eles valorizam, e de que forma, o conhecimento e o envolvimento do aluno na realidade cultural ao abordar o tema em sala de aula.

Alguns professores apontaram a “falta de tempo” como principal razão para a não-inserção do tema do patrimônio em sala de aula. Outros destacam o desinteresse dos alunos pelo tema. O fato dos alunos não se interessarem pelas questões locais, pode ser um indicativo de que são pouco, ou nada, trabalhadas durante as atividades de ensino. Logo, desconhecem a importância da memória local. Se isto advém da omissão docente, há de se ressaltar a participação das unidades formadoras.

Uma prática educativa que preza a produção de conhecimento, não pode ficar refém do tempo, até porque, cada pessoa tem seu próprio ritmo, em alguns momentos vão contribuir mais, outras

vezes menos, para o debate, ou seja, o professor vai ser o mediador entre o conhecimento novo e o existente.

Considerando a importância cultural da região, era nossa intenção saber, dentre os aspectos da cultura local, quais os temas e personagens (artistas) que o educador utiliza mais frequentemente. O artista plástico Adilson Guanabara foi o único citado. Talvez pelo fato dele já ter feito um trabalho em escolas públicas, no qual, depois de conversar com os alunos, eles pintavam muros da escola e arredores.

Os depoimentos são claros: não há um aproveitamento satisfatório dos elementos culturais locais na prática educativa. É evidente que cada profissional vai desenvolvendo ao longo de sua carreira uma linha de pensamento que vai caracterizando sua didática, e respeitamos cada posição, mas entendemos que a utilização das pessoas e das manifestações culturais presentes na comunidade e região contribui muito para a significação do ensino, para a valorização do patrimônio cultural e sua preservação.

Quando perguntamos como o professor trabalha os conceitos de cultura, patrimônio, preservação, interação na sua prática e que conceitos ele constrói com seus alunos, e novamente obtivemos respostas que não condizem com o esperado:

[...] Mais com a cultura, quando abordo sobre a arte barroca, principalmente, com exemplos da cidade de Ouro Preto, falo como as cidades históricas preservam o patrimônio. É que lá eles têm o que preservar, porque também vivem do turismo né tem que preservar mesmo (Informante 5).

[...] É aquilo que falei [...] a gente fala, aconselha que tem que preservar, só que não faz parte do dia a dia deles, nós moramos num lugar que não tem muita cultura, então a gente tenta valorizar o que eles já conhecem (Informante 4).

Com relação à questão do turismo, concordamos que cidades onde a experiência histórica é significativa na questão econômica, como Ouro Preto, é relativamente mais fácil a abordagem sobre a questão patrimonial. Contudo, também é ponto passivo que se a

introdução no espaço escolar do patrimônio local fosse uma prática corriqueira, esta defasagem já estaria há muito superada e o patrimônio de outras cidades, com maior repercussão, não soaria tão distante e inalcançável.

Ao entrevistado, perguntamos: em sua opinião, como a questão patrimonial/cultural pode se incluir no conceito de construção de cidadania? As respostas variam, porém, a limitação com relação ao conhecimento sobre o tema emerge:

[...] Bem, o meu conhecimento sobre o assunto é bem limitado, então fica difícil eu pedir que os alunos construam conceitos sobre algo que eu própria não domino. O ideal seria que nós, professores, tivéssemos esta preparação (Informante 6).

Considerando que os professores não trabalham a preservação cultural em sala de aula, solicitamos que indicassem através do questionário a causa, 44% não responderam o motivo, não sabemos se por desinteresse pelo assunto, vontade própria, falta de planejamento ou de políticas públicas. Dos respondentes, 23% afirmam que o tempo é escasso e o conteúdo precisa ser aplicado e, 18%, admitem não ter conhecimento sobre o assunto.

Considerando que o corpo docente não tenha um conhecimento na área (Educação Patrimonial), pedimos para que os professores indicassem que ações julgavam relevantes e que poderiam ser desenvolvidas neste sentido. Dentre as opções sugeridas, 42%, assinalaram a modalidade de oficinas como a melhor forma para capacitar os professores. As palestras técnicas foram selecionadas por 40% como ideal para suprir a falta de tal conhecimento. E 14% julgam que a produção e distribuição de apostilas específicas sobre o assunto seriam adequadas para o propósito.

Este ponto é crucial para a pesquisa, mesmo deixando de considerar o instrumento sugerido, todos optaram por alguma alternativa, o que demonstra que o corpo docente tem consciência de sua defasagem frente ao tema e estaria disposto a se capacitar. Este é um ponto de partida para uma adoção de uma política educacional.

## Considerações finais

Diversos fatores podem explicar a pouca importância pelo Patrimônio Cultural, mas o desconhecimento é, sem dúvida, o mais crucial, porque alimenta o desinteresse. Uma das dificuldades, segundo a nossa pesquisa, diz respeito às lacunas na formação dos professores com relação às questões culturais e preservacionistas e a ressonância destas carências nos alunos. Uma alternativa para minimizar esta carência pode ser viabilizada, nos municípios, através de cursos de extensão, oficinas ou seminários que esclareçam e discutam a educação patrimonial.

Outro sintoma provocado pelas falhas na formação do professor é o fato deste profissional não conseguir agregar conhecimentos locais aos assuntos macros tratados no livro didático. Então, o que se ensina é, basicamente, uma história quase sempre vitoriosa e que exalta o nome de alguns privilegiados, desconsiderando o viés coletivo e local. É preciso transpor esta visão fortemente arraigada de que as questões locais são menos importantes e iniciarmos um processo que, entremeando as questões contempladas na literatura nacional, produza o reconhecimento de nós mesmos, dos outros e do patrimônio histórico/cultural construído e vivido pelos alunos.

No que tange ao conhecimento dos sujeitos pesquisados sobre patrimônio cultural e educação patrimonial, os dados mostram, devido ao grande índice de abstenção, que não há uma familiaridade com o assunto. Na mesma direção, está a percepção dos docentes sobre a educação patrimonial, em que grande parte interpreta como o estudo sobre os monumentos, edificações históricas, visitas a museus e similares. Aspectos relacionados às expressões religiosas, artísticas e do cotidiano e que também fazem parte da memória coletiva, não são lembrados.

Quanto à incorporação do conhecimento sobre o patrimônio cultural local à prática educativa, certos depoimentos apontaram a falta de tempo como o principal impedimento para tratar questões culturais. Alguns deram a entender que há conhecimentos mais

importantes que não podem ser deixados de lado. A justificativa não procede, primeiro porque a educação patrimonial não requer um tempo específico para sua aplicação. As questões vão sendo inseridas através dos temas trabalhados, de possíveis “ganchos”, que, com certeza, surgem numa aula que prima pela participação ativa do aluno, além disso, está previsto nos PCNs.

A falta de conhecimento dos professores na área não permite que abordem de forma satisfatória a questão, faltam políticas públicas e incentivo para capacitações que amenizem essas carências.

O conhecimento adquirido na investigação da realidade cultural de Joaçaba permite a indicação de iniciativas, todas elas possíveis de serem capitaneadas pelo setor público ou ainda em parceria com instituições privadas, sejam de ensino ou não. São elas: (a) Capacitar os docentes sobre a Educação Patrimonial e a importância da inserção das questões preservacionistas na educação, através de oficinas e palestras, como eles próprios sugeriram através da pesquisa; (b) Organizar campanhas educativas junto à comunidade visando ao conhecimento, a valorização e preservação do patrimônio cultural através da imprensa local, folders, palestras, oficinas ou seminários; (c) Produzir um inventário cultural, registrando todas as formas de manifestações no município; (d) Elaborar um projeto para a viabilização de um espaço de memória. Embora para uma cidade do porte socioeconômico de Joaçaba não dispor de um espaço de preservação histórica seja algo a se lamentar, nem por isto se poderia deixar de valorizar as questões ligadas ao patrimônio cultural e afins. Uma forma de suprir esta carência seria a organização de mostras temáticas fixas ou itinerantes, que pudessem contemplar escolas e comunidade.

Creemos que esta pesquisa proporcionou três contribuições fundamentais: primeiramente, a junção em um único trabalho das principais manifestações culturais joaçabenses. Esta contribuição pode suscitar, no futuro, a elaboração de um inventário cultural municipal. Em segundo lugar, a identificação de que os fatores que explicam a defasagem de conhecimento e aplicação da cultura local

em sala de aula são frutos de um círculo vicioso que envolve todas as etapas do processo educativo. Isto também poderia ser alvo de uma nova investigação, sobre o processo formativo dos professores das áreas mencionadas neste trabalho. Finalmente, num terceiro momento, pode-se também inferir que este trabalho aponta na direção dos elementos pedagógicos que podem sustentar a utilização do patrimônio cultural local como ferramenta de ensino, trabalhados para a realidade específica joaçabense.

## Notas

\* Graduada em História. Mestre em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina. Professora da Área de Ciências Humanas e Sociais da UNOESC – Campus de Joaçaba. E-mail: Lucivani.gazola@unoesc.edu.br

\*\* Pós-Doutor em Sociologia pela Universidade de Coimbra. Doutor em Sociologia pela USP/SP. Coordenador do Programa de Mestrado em Educação da UNOESC – Joaçaba. E-mail: joviles.trevisol@unoesc.edu.br.

<sup>1</sup> Pesquisa disponível em: [www.fjp.gov.br](http://www.fjp.gov.br) – Acesso em: 16 maio 2006.

## Referências

BARRETTO, Margarita. **Turismo e legado cultural**: as possibilidades do planejamento. Campinas: Papirus, 2000.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Históricos e Culturais. **Pesquisa educação patrimonial**: subsídios para elaboração de ação educativa. Belo Horizonte, 2001. Disponível em: <[http://www.fjp.gov.br/produtos/cehc/caderno\\_cehc2.pdf](http://www.fjp.gov.br/produtos/cehc/caderno_cehc2.pdf)>. Acesso em: 07 jan. 2007.

LIBÂNIO, José Carlos. A aprendizagem escolar e a formação de professores. **Revista Educar**, n. 24, p.113-147, Editora UFPR: Curitiba, 2004.

\_\_\_\_\_. **Produção de saberes na escola**: suspeitas e apostas. Disponível em: <http://educacaoonline.pro.br/> Acesso em: 07 jan. 2007.

\_\_\_\_\_. **Adeus professor, adeus professora?:** Novas exigências educacionais e profissão docentes. São Paulo: Cortez, 2003.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRÜNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Museu Imperial, 1999.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** História e Geografia/Secretaria de educação Fundamental. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

UNESCO. **O perfil dos professores:** o que fazem, o que pensam, o que almejam. São Paulo: Moderna, 2004.

## **Abstract**

Culture is one of the most important dimensions of the human condition. In all places and times, we are able to realize its creative presence. Knowing and valuing culture, whether of the past or of the present, in local, regional, national or global levels, is one of the most important tasks of the education system. This article presents the main results of a master's degree thesis developed between 2005 and 2007, whose main purpose was to know the vision of teachers in public and private networks in the municipality of Joaçaba (SC) about the local cultural heritage. For the development of field research a sample of 100 teachers was defined. The data collecting was conducted by two research instruments: (a) a questionnaire, answered by 66 teachers, and (b) an interview, conducted with 06 educators. Among the main results, it was found that most educators do not use the local cultural heritage as a didactical resource in their educational activities. Factors such as lack of knowledge about the subject and the non-consideration of this practice as a common activity were evidenced as a cause for this, because most of these educators did not have access to these conceptions during their formation. However, educators also showed to be interested in promoting the use of cultural heritage as a teaching tool, but this should be a process that could happen in several spheres, where educators could take part.

**Keywords:** Cultural heritage. Heritage education. Public policies. Teaching practice.